



II Encontro Internacional de Língua Portuguesa e Relações Lusófonas

L U S O C O N F
2019

Livro de Atas

II Encontro Internacional de Língua Portuguesa e Relações Lusófonas

Proceedings Book

II International Conference on Portuguese Language and Lusophone Relations

Editores:

Carlos Teixeira

Vitor Gonçalves

Paula Odete Fernandes

Alexandra Soares Rodrigues

Carla Guerreiro

Lídia Machado dos Santos

Ficha Técnica | Technical Record

Título | Title

LUSOCONF2019

II Encontro Internacional de Língua Portuguesa e Relações Lusófonas: livro de atas

II International Conference on Portuguese Language and Lusophone Relations: book of proceedings

Editores | Editors

Carlos Teixeira

Instituto Politécnico de Bragança

Vitor Gonçalves

Instituto Politécnico de Bragança

Paula Odete Fernandes

Instituto Politécnico de Bragança

Alexandra Soares Rodrigues

Instituto Politécnico de Bragança

Carla Guerreiro

Instituto Politécnico de Bragança

Lídia Machado dos Santos

Instituto Politécnico de Bragança

Capa | Cover

António Meireles e Vitor Gonçalves

Edição | Edition

Instituto Politécnico de Bragança - 2021

Campus de Santa Apolónia

5300-253 Bragança

Portugal

Data de edição | issue date: agosto / August 2021

ISBN: 978-972-745-268-2

Handle: <http://hdl.handle.net/10198/19030>

DOI: <https://doi.org/10.34620/lusoconf.2019>

URL: www.lusoconf.ipb.pt

Email: lusoconf@ipb.pt



Programa Geral do LUSOCONF2019 | Programme

17 de outubro de 2019 (quinta-feira)

- 9:00 **Abertura do secretariado**
9:20 Momento musical
9:30 **Sessão de abertura**
Hélder Vaz Lopes, Embaixador da República Popular da Guiné-Bissau
Orlando Rodrigues, Presidente do Instituto Politécnico de Bragança
Hernâni Dias, Presidente da Câmara Municipal de Bragança
António Ribeiro Alves, Diretor da Escola Superior de Educação do IPB
- 10:00 **Conferência plenária**
Educação para o desenvolvimento sustentável: uma janela de oportunidades para a CPLP
Maria da Conceição Martins (Instituto Politécnico de Bragança)
- 10:45 **Conferência plenária**
A guerra colonial contada às crianças: Guilherme de Melo e as irresolúveis ambiguidades
Francisco Topa (Universidade do Porto)
- 11:30 **Intervalo**
11:45 **Sessões paralelas**
13:00 **Almoço (livre)**
14:30 **Sessão de posters**
15:15 **Sessões paralelas**
16:15 **Intervalo**
16:45 **Conferência plenária**
A Lusofonia como espaço de intercâmbio cultural. (Re)significar o conceito com novas práticas
Amélia Polónia (Universidade do Porto)
- 17:45 **Conferência plenária**
A lusofonia no novo mundo que está a surgir
José Garcia Leandro (Presidente do Conselho de Curadores da Fundação Jorge Álvares)
- 18:45 **Encerramento dos trabalhos (1.º dia)**

18 de outubro de 2019 (sexta-feira)

- 9:00 **Abertura do secretariado**
9:30 **Mesa Redonda: Valor económico da língua portuguesa e negócios no mundo lusófono**
Francisco Mantero (Presidente do Conselho Estratégico para a Cooperação, Desenvolvimento e Lusofonia Económica da Confederação Empresarial de Portugal)
Luís Antero Reto (ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa)
Manuel Spínola (Instituto Politécnico do Kwanza Sul)
Miguel Ribeirinho (Delta Cafés – Head of International Business Development)
- 11:00 **Intervalo**
11:30 **Sessões paralelas**
13:00 **Almoço (Cantina do IPB: “Ementa da Lusofonia”)**
15:00 **Conferência plenária**
A Lusofonia: unidade, diversidade e correção idiomática
Johannes Kabatek (Universidade de Zurique – Suíça)
- 16:00 **Intervalo**
16:30 **Conferência plenária**
Narrar histórias da tradição oral e a preservação das culturas
Clara Haddad (Escritora e Storyteller – Brasil)
- 18:00 **Encerramento dos trabalhos (2.º dia)**
21:00 **Teatro Municipal de Bragança**
Cerimónia de entrega do “Prémio Literário da Lusofonia Professor Doutor Adriano Moreira”, com a presença do Professor Doutor Adriano Moreira
- 21:30 **Selma Uamusse**

Educação para o desenvolvimento sustentável: uma janela de oportunidades para a CPLP

Education for sustainable development: a window of opportunity for the CPLP

Maria da Conceição Martins
cmartins@ipb.pt

Instituto Politécnico de Bragança, Campus de Santa Apolónia, 5300-253 Bragança, Portugal

Resumo

O presente texto apresenta uma reflexão sobre a atual crise ambiental, discutindo algumas das suas causas e os desafios que lança à humanidade. Apresentam-se indicadores da premência e urgência em se aprofundar a educação para o desenvolvimento sustentável, como estratégia para reverter as consequências mais gravosas da disrupção dos sistemas naturais que enfrentamos. Discutem-se igualmente alguns exemplos positivos de mudança da consciência ambiental evidenciados à escala global. É equacionada a relevância do incremento de parcerias estratégicas no seio da CPLP que promovam sinergias em termos ambientais e de educação para o desenvolvimento sustentável.

Palavras-Chave: ambiente, educação, desenvolvimento sustentável, parcerias, CPLP.

Abstract

This text presents a reflection on the current environmental crisis, discussing some of its causes and the challenges it poses to humanity. Indicators of the urgency to deepen education for sustainable development are presented, as a strategy to reverse the most serious consequences of the disruption of natural systems. Some positive examples of changing global environmental awareness are also discussed. We also highlight the importance of increasing strategic partnerships within CPLP that promote synergies, both in environmental preservation and in education for sustainable development.

Keywords: environment, education, sustainable development, partnerships, CPLP.

1. Introdução

A natureza desempenha um papel crítico no fornecimento de bens e serviços indispensáveis à humanidade. Dela obtemos uma variedade de materiais fundamentais para o bem-estar físico das pessoas e para a manutenção da cultura. A natureza, através de seus processos ecológicos e evolutivos, fornece energia, medicamentos, recursos genéticos, polinização e controle de pragas, regula os solos e o clima e reduz o impacto de riscos naturais. O ar que respiramos, a água que bebemos e os alimentos que comemos dependem da biodiversidade, sendo por isso relevante salvaguardar os recursos naturais e a biodiversidade, fundamental para a saúde das pessoas e a riqueza planetária (FAO, 2019). No entanto, a natureza tem sido significativamente alterada por vários fatores humanos, com a grande maioria dos indicadores de ecossistemas e biodiversidade

mostrando rápido declínio: 75% da superfície terrestre estão significativamente alterados, 66% da área oceânica sofre impactos cumulativos crescentes, e mais de 85% da área ocupada por zonas húmidas foram já perdidas (Díaz et al., 2019).

As consequências das atividades humanas estão a ter um impacto brutal e sem precedentes no meio natural. E os cientistas alertam que só uma rápida e abrangente transformação do sistema económico e financeiro nos poderá salvar do colapso os ecossistemas dos quais depende a vida humana. Robert Watson, um cientista britânico que preside ao *Intergovernmental Science-Policy Platform on Biodiversity and Ecosystem Services* (IPBES), refere que seria possível começar a conservar, restaurar e usar a natureza de forma sustentável. Mas só se as sociedades estivessem preparadas para enfrentar os “interesses instalados” que parecem comprometidos a manter tudo como está. E, diz Robert Watson, a mudança tem de começar imediatamente porque já perdemos muito tempo e estamos a destruir os próprios fundamentos das economias, os meios de subsistência, a segurança alimentar, bem como a saúde e qualidade de vida em todo o mundo (Díaz et al., 2019).

A gestão dos recursos naturais na Terra apresenta-se, assim, cada vez mais complexa, à medida que a humanidade aumenta a sua capacidade de intervenção. O aumento da população mundial já traz, por si, uma pressão crescente. Simultaneamente, temos assistido a uma acentuada intensificação da capacidade tecnológica com consequências em todas as áreas, desde a extração de recursos à produção energética, ou da construção aos transportes. Neste contexto, importa considerar o seguinte problema: “*Estará a sociedade, nomeadamente a CPLP, a evoluir para um desenvolvimento sustentável?*”.

A complexidade da crise ambiental convoca-nos para uma abordagem múltipla, em que precisamos: *dar a cada um dos temas o máximo de atenção possível, sem deixar de ter em perspetiva a situação ambiental global*. Esta abordagem, embora possa ser considerada emergente (e urgente!), encontra acolhimento na remota Agenda 21, adotada na Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento (CNUAD), vulgarmente designada por Cimeira da Terra, realizada no Rio de Janeiro em 1992, a qual desafiou a comunidade internacional governos, organizações internacionais e sociedade civil a ter como base de atuação o princípio *pensar globalmente, agir localmente*.

Detenhamo-nos na análise de alguns dos problemas globais que enfrentamos.

2. A emergência ambiental

O relatório divulgado pela IPBES (Díaz et al., 2019) refere a existência de um milhão de espécies em risco de extinção, a menos que sejam tomadas medidas para reduzir a intensidade dos fatores que impulsionam a biodiversidade. Entre as atividades antrópicas com mais impacto na perda de biodiversidade, o estudo identifica as alterações climáticas, a agricultura e a pesca. Este trabalho foi produzido por 145 cientistas de 50 países e aprovado por 130 países, tendo por base a revisão de cerca de 15 mil artigos científicos sobre o prejuízo provocado pela ascensão de uma sociedade industrial globalizada no planeta ao longo do último meio século. E alertam: para onde quer que se olhe há um problema; nunca a destruição foi tão ampla e tão rápida!

E, se queremos quantificar o lucro que o planeta nos dá quando usamos os recursos naturais, convém também sublinhar que as perdas em que estão a acontecer a ritmo acelerado também se podem quantificar em euros. O relatório mostra que a degradação dos solos já reduziu a produtividade das terras em 23%. Atualmente temos já três quartos das terras transformadas em terrenos agrícolas, cobertas por cimento ou inundadas por

barragens, e três quartos dos rios e lagos são usados para a agricultura (Díaz et al., 2019). Refere ainda este relatório que, a nível mundial, mais de 75% dos diferentes tipos de culturas alimentares, incluindo algumas das culturas comerciais mais importantes, como café, cacau e amêndoas, contam com a polinização animal, pelo que, a perda de polinizadores naturais coloca a produção agrícola em risco de um prejuízo que pode ultrapassar os 500 mil milhões de euros (Díaz et al., 2019).

Na Europa, a “*European Red List of bees*” (Nieto et al., 2015) indica que 46% das espécies de polinizadores têm populações em declínio, das quais cerca de 15% estão já ameaçadas de extinção ou suscetíveis de vir a adquirir esse estatuto num futuro muito próximo, com sérias implicações para a produção de alimentos. Entre as principais ameaças identificadas destacam-se: a degradação dos habitats, a crescente utilização de pesticidas e fertilizantes, o alastramento de doenças e parasitas associados à intensificação da agricultura, e as alterações climáticas (Nieto et al, 2015).

Também o relatório *The State of the World’s Biodiversity for Food and Agriculture*, apresentado pela Comissão de Recursos Genéticos para a Alimentação e Agricultura da FAO (Bélanger & Pilling, 2019), apresenta evidências crescentes e preocupantes de que a biodiversidade que suporta os nossos sistemas alimentares está a desaparecer, colocando o futuro dos nossos alimentos, meios de subsistência, saúde e ambiente sob séria ameaça. Neste grupo a biodiversidade que suporta os sistemas alimentares e agricultura inclui-se o conjunto das espécies selvagens e domesticados que fornecem alimentos, rações para animais, combustível e fibras, mas também organismos que apoiam a produção de alimentos por meio de serviços ecossistémicos, como, por exemplo, aquelas que mantêm o solo fértil, polinizam as plantas, purificam a água e o ar, combatem pragas e doenças. As principais causas da perda destas espécies citadas pela maioria dos países relatores são, uma vez mais, as mudanças no uso e gestão do solo e da água, a poluição, as alterações climáticas e o crescimento e urbanização da população. Embora a maior parte dos países CPLP não tenha enviado os relatórios nacionais para integrar o relatório elaborado pela FAO (Bélanger & Pilling, 2019), podemos assumir que esta problemática não é muito diferente nos seus países membros.

Estes dados são preocupantes, não só em termos naturais, mas também pelas suas consequências na segurança alimentar, na economia e no desenvolvimento sustentável. O relatório destaca um crescente interesse em práticas e abordagens favoráveis à biodiversidade. Contudo, embora o aumento das práticas favoráveis à biodiversidade seja encorajador, é preciso fazer mais para impedir a perda de biodiversidade (Bélanger & Pilling, 2019). A agricultura sustentável será a resposta para reverter as tendências que levam à perda de biodiversidade, contribuindo, simultaneamente, para a melhoria da qualidade do solo e da produtividade e outras funções e serviços do ecossistema, como o sequestro de carbono e a regulação da qualidade da água FAO (2019). Nesse sentido, os consumidores podem ter um papel determinante, se optarem por produtos cultivados de forma sustentável, comprarem nos mercados dos agricultores e boicotarem alimentos produzido por métodos menos insustentáveis (Bélanger & Pilling, 2019).

Um dos exemplos das alterações dos ecossistemas operadas em grande escala pode ser dado pela produção de soja no Brasil, o segundo maior produtor mundial, apenas atrás dos EUA, com uma produção de 115 milhões de toneladas de grão, mais de metade para exportação (Embrapa, 2019c). A área plantada é de cerca de 35 milhões de hectares, nos estados do Mato Grosso, onde se localiza a produção de mais de metade da soja, Paraná, Rio Grande do Sul e Goiás. Embora com projetos de produção de Soja convencional, a maior parte da produção atual de soja no Brasil usa sementes geneticamente modificadas, que produzem plantas adaptadas ao clima de cada região, altamente resistentes ao

herbicida glifosato e a diversas pragas, o que permite ciclos mais precoces, alta carga produtiva e porte de planta que favorece o manejo da cultura para o agricultor, tornando-se uma opção altamente competitiva (Embrapa, 2019c). Esta produção intensiva tem consequências na redução da biodiversidade, quer devido à elevada extensão ocupada, modificando por completo os ecossistemas, quer devido à carga de pesticidas usados durante a safra.

Um outro exemplo de produção em larga escala é o algodão. As plantações de algodão cobrem 30 milhões de hectares (2,5%) das terras aráveis do planeta (ONU, 2019). Atualmente, o Brasil é o quinto maior produtor de algodão, em conjunto com a China, a Índia, os EUA e o Paquistão (Embrapa, 2019a). Na época do descobrimento, os nativos indígenas brasileiros já cultivavam e fiavam algodão, com maior expressão na Bahia e no Maranhão. Contudo, foi a partir de meados do século XIX que a produção se intensificou, passando a ser usadas variedades mais adaptadas a zonas semiáridas. Atualmente, a área de produção tem vindo a ser ampliada e recorre, tal como acontece nos outros países com grandes produções, a variedades geneticamente modificadas (Embrapa, 2019b). Estas variedades permitem o uso massivo de pesticidas nas lavouras, causando enormes impactes ambientais. No Brasil, o uso de pesticidas químicos para o controle de pragas pode chegar, em algumas regiões, até 18 aplicações durante cada ciclo da cultura (Embrapa, 2019b). Algumas variedades transgênicas resistentes às pragas de insetos estão também em ensaio, podendo vir a contribuir para a redução dos custos de produção e, colateralmente, para a redução dos impactes ambientais causados pelos pesticidas (Embrapa, 2019b). Contudo, outros problemas persistem com a produção intensiva e em grande escala do algodão, nomeadamente ao nível do consumo de água, da conservação da natureza, e em termos de saúde pública, uma vez que o algodão é usado em muitos dos têxteis que usamos em grande proximidade com o nosso corpo (vestuário, toalhas, roupa de cama, fraldas, compressas, entre tantos outros). No entanto, a adoção de algodão orgânico, produzido em modo mais ecológico e sustentável, tem aumentado lentamente, encontrando resistências diversas, nomeadamente porque a produção é mais complexa e mais cara (Embrapa, 2019a).

O algodão é parte de uma gigantesca indústria mundial, que representa 30% de todos os materiais têxteis consumidos e a sua cadeia de valor é responsável por 350 milhões de empregos (ONU, 2019). Contudo, também a indústria têxtil associada ao algodão merece o nosso escrutínio, pois sobre ela recaem acusações de desrespeito pelos direitos humanos. O Brasil está entre os cinco maiores produtores de algodão, mas, tal como os EUA, exporta uma elevada quantidade para países asiáticos emergentes, como Indonésia, Bangladesh e Vietnam, que o usam para produzir têxteis a baixo custo, que exportam depois de confeccionados para os principais mercados consumidores, nomeadamente os EUA e a União Europeia (Globo, 2019). A China, a Índia e o Paquistão, estão, também, entre os principais produtores de têxteis a baixo custo para venda aos principais mercados importadores, usando, nesses casos, o algodão produzido nos próprios países, ainda com menos controle ambiental (Globo, 2019). Acumulam, pois, os problemas ambientais associados às plantações, com os problemas sociais, quer nas plantações, quer na tecelagem. Na Índia, por exemplo, segundo a Unicef, havia há poucos anos cerca de 10 milhões de crianças a trabalhar, em trabalhos muitas vezes perigosos, incluindo em campos de algodão e na tecelagem (ONU News, 2016).

As mensagens publicitárias vendem cada vez mais a ideia de que todos os nossos problemas podem ser resolvidos através do consumo, apelando a uma procura constante de bens efémeros e de novos produtos. Um dos maiores exemplos da atualidade consumista é a indústria da moda descartável, ou *fast fashion*. As marcas, para garantirem

baixos custos de produção e o maior lucro possível, não são proprietárias das fábricas e não assumem a responsabilidade pelas condições precárias dos trabalhadores. Todo este processo ocorre longe dos olhos dos consumidores ocidentais, que não se questionam sobre os baixos custos do vestuário e acessórios que adquirem, nem sobre o impacto que da sua produção na degradação ambiental e nas más condições de vida dos trabalhadores.

Além da falta de condições sociais e laborais registadas nos países de baixas economias, os trabalhadores dos têxteis são, ainda, expostos a elevados níveis de poluição, devido aos químicos usados no tratamento e coloração das fibras, os quais comprometem os sistemas naturais dessas regiões, mas também a sua própria saúde. Considerada a segunda indústria mais poluidora do mundo, a indústria têxtil está, contudo, “empenhada em reduzir a sua pegada ecológica através da economia circular e da sustentabilidade da produção. De facto, as fiações estão a adaptar-se para incorporar fibras recicladas e orgânicas, assim como fibras sintéticas biodegradáveis, tendo aumentado a procura por fios sustentáveis e com baixo impacto no meio ambiente” (DGAE, 2018, p. 19). Na recente edição do Portugal Fashion, diversos designers portugueses mostraram maior preocupação com os problemas ambientais provocados pela indústria têxtil e defenderam a urgência de se falar mais de *slow fashion* (guardar e voltar a usar) e lutar contra a *fast fashion*. Apelando a que os consumidores apostem em peças com maior durabilidade e reutilizáveis (Lusa, 2019).

Diversos outros problemas ambientais poderíamos destacar. Problemas à escala global, mas resultantes do somatório de más práticas concretizadas por cada pessoa, em cada habitação, em cada pequena comunidade.

O plástico é um dos exemplos que ilustra essa realidade. Estamos perante uma catástrofe planetária, para a qual contribuem quase todos os indivíduos humanos, um a um, a partir das suas habitações, dos seus locais de lazer, dos seus locais de trabalho. O plástico “é um material importante e omnipresente na economia e na vida quotidiana. Tem funções múltiplas que ajudam a enfrentar uma série de desafios com que se depara a sociedade”. Contudo, os “milhões de toneladas de resíduos de plástico que, anualmente, se acumulam nos oceanos são um dos sinais mais visíveis e alarmantes destes problemas, constituindo, cada vez mais, motivo de preocupação pública” (Comissão Europeia, 2018, p. 1). A redução será, sem dúvida, o principal objetivo, mas não o único. Por exemplo, na Europa produz-se anualmente cerca de 26 milhões de toneladas de resíduos de plástico e menos de 30 % desses resíduos são recolhidos para reciclagem (Comissão Europeia, 2018), o que mostra que existe potencialidade para o reforço nas estratégias de separação e encaminhamento para valorização através da reciclagem. No entanto, “repensar e melhorar o funcionamento de uma cadeia de valor tão complexa requer esforços e uma maior cooperação entre os seus principais intervenientes, dos produtores às empresas de reciclagem, aos retalhistas e aos consumidores” (Comissão Europeia, 2018, p. 1), o que mostra que este pode ser um setor no qual os países da CPLP possam estreitar os seus laços, partilhando boas práticas e cooperando ativamente no combate a este flagelo.

Face ao elevado número de questões ambientais que ameaçam fugir ao nosso controle, qual a solução? Dada a urgência, a proposta mais sensata será: uma revolução! Alguns passos têm sido dados no bom caminho. Precisamos, então, de persistência!

3. A procura de um desenvolvimento sustentável

Merecem destaque alguns dos pioneiros.

Preocupada com a crescente utilização de muitos produtos químicos sintéticos como pesticidas após a Segunda Guerra Mundial, Rachel Carson, norte-americana, bióloga, dedicou-se ao estudo dos efeitos destes pesticidas na cadeia alimentar, nomeadamente nos seres humanos. Este trabalho culminou na publicação do livro *Silent Spring* (Carson, 1962), no qual acusava a indústria química de desinformação deliberada. O seu principal exemplo foi o DDT, usado para combater insetos na agricultura, frequentemente em pulverizações aéreas, mas altamente tóxico. Com “Primavera Silenciosa”, Carson catalisou o movimento ambientalista global, pedindo uma mudança na forma como a humanidade estava a degradar o mundo natural. A indústria química e alguns governantes tentaram desacreditá-la, mas o seu trabalho e persistência trouxeram esta questão para a ordem do dia. Ainda em 1962, o Comité Científico Consultivo do Presidente dos EUA sustentou as advertências de Carson, e, no início de 1963, uma reportagem na televisão sobre as reflexões expostas no seu livro teve níveis de audiência ímpares para a época, com 15 milhões de pessoas a assistir (Lear, 2015). Faleceu no ano seguinte, pelo que já não assistiu à proibição de utilização do DDT nos EUA, em 1972, nem à revolução ambiental despoletada em todo o mundo, ainda hoje tão pertinentes.

Em Portugal, foi criada em 1971 a Comissão Nacional do Ambiente, a qual esteve na origem de diversas outras estruturas e organismos que lhe foram sucedendo no tempo, e que deu início a um vasto conjunto de ações de educação ambiental, dispersas por todo o país. Foi liderada por José Correia da Cunha, seu único presidente, entre 1971 e 1983, “pioneiro da causa ambiental”, como salientou o Presidente da República Marcelo Rebelo de Sousa na mensagem de condolências que fez, em 18 de setembro de 2017, por altura do seu falecimento, e na qual destacou a ação que desenvolveu, “a todos os títulos notável e inovadora na defesa do equilíbrio ecológico, da salvaguarda da paisagem e das espécies protegidas em Portugal e do ordenamento do território”, considerando que “os Portugueses muito lhe devem, sobretudo no que respeita a uma maior consciência para a necessidade de assegurar um equilíbrio sustentável entre o crescimento económico e a vivência harmoniosa e sadia com a Natureza (Sousa, 2017).

O Relatório *Our Common Future*, produzido pela *World Commission on Environment and Development* (WCED, 1987) conceptualizou o Desenvolvimento Sustentável, como aquele que permite alcançar as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras disporem de recursos naturais e quantidade e qualidade suficiente para satisfazerem as suas próprias necessidades. Para que isso seja possível, torna-se necessário compatibilizar, em cada local, o desenvolvimento económico com as potencialidades dos recursos naturais existentes e a componente social. Esta visão mais moderna, trazida para os diversos discursos por este relatório, também conhecido como Relatório Brundtland, baseia-se nos três pilares da sustentabilidade. Contudo, torna necessário que se dê também a devida atenção a um quarto pilar: o político-institucional.

De acordo com Soromenho-Marques (2010), precisamos recorrer à teoria aristotélica da causalidade para se compreender a influência deste nível político-institucional. Soromenho-Marques (2010) considera que o Desenvolvimento Sustentável não se trata de uma “coisa”, mas de um processo dinâmico de transformação, ao qual se pode aplicar a teoria aristotélica da causalidade, pois esta considera a existência de cooperação e interação sinérgica entre os seus níveis (ou causas), tal como se prevê que deva existir no conceito de Desenvolvimento Sustentável, ao colocar as questões da justiça, da equidade, do progresso social. Essas causas são: Causa formal, baseada na ideia ou paradigma que dá forma (e condiciona) a transformação; Causa material, que corresponde aquilo do qual algo surge, ou mediante o qual algo chega a ser; Causa final, ou objetivo visado, o modelo de sociedade pretendida; e a Causa eficiente, enquanto princípio da

mudança e fator decisivo para a transformação da realidade. Só com o princípio mobilizador desta quarta causa podemos entender o desenvolvimento sustentável como processo efetivo de transformação (Soromenho-Marques, 2010), no qual participam as políticas públicas e as instituições que podem criar regras de proteção, facilitar projetos económicos e estimular interações sociais e, assim, promover ou abafar o Desenvolvimento Sustentável.

Internacionalmente, podemos identificar esta causa eficiente, este princípio mobilizador, o nível político-institucional na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, aprovada pelos 193 Estados-membros, na Assembleia Geral da ONU realizada em setembro de 2015, em Nova Iorque, durante as comemorações dos 70 anos das Nações Unidas (ONU, 2015). Apesar de alguns sucessos, o balanço dos primeiros quinze anos do milénio mostrava que os impactes das alterações climáticas eram cada vez mais evidentes, que o aumento das emissões de gases com efeito de estufa continuava a ser um desafio urgente e crítico, e que o número de espécies ameaçadas de extinção continuava a aumentar, assim como a escassez de água. Como consequência, muitas das ameaças às pessoas mais pobres e vulneráveis persistiam, visto que muitas vivem em áreas de maior risco ambiental. Tornava-se evidente a urgência de uma verdadeira integração da dimensão ambiental nas ambições do desenvolvimento e a exigência de vontade política firme e esforço coletivo a longo prazo para se poderem almejar progressos futuros.

A Agenda 2030 surge, assim, como “um plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade” e nela se reconhece que “a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, é o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável” (ONU, 2015, p. 1). Neste acordo, foram definidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), para serem atingidos num horizonte temporal de 15 anos. Estes objetivos pretendem ir ao encontro das *pessoas*, do *planeta*, da *prosperidade* e da *paz*, assentes em *parcerias* internacionais partilhadas, numa visão ambiciosa e apelando à ação para mudar mundo:

Esta é uma Agenda de alcance e significado sem precedentes. Ela é aceita por todos os países e é aplicável a todos, levando em conta diferentes realidades nacionais, capacidades e níveis de desenvolvimento e respeitando as políticas e prioridades nacionais. Estes são objetivos e metas universais que envolvem todo o mundo, igualmente os países desenvolvidos e os em desenvolvimento. Eles são integrados e indivisíveis, e equilibram as três dimensões do desenvolvimento sustentável. (ONU, 2015, p. 3)

A amplitude e a profundidade dos ODS não têm precedentes. Resultam do facto de, apesar de todos os esforços feitos nas últimas décadas, nos encontrarmos perante uma emergência ambiental também ela sem precedentes, e convocam os governantes e os cidadãos a convergir para um consenso internacional em torno da necessidade de adoção de padrões de desenvolvimento ambientalmente sustentáveis (Comissão Europeia, 2019).

As preocupações com o ambiente ocupam, cada vez mais, um lugar de destaque nas agendas políticas internacionais. Contudo, esse esforço tarda em dar frutos. Seria nisto em que pensava o Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres, quando o vimos, há poucos meses, observando os efeitos do avanço do mar, debruçado na porta aberta de um avião, a sobrevoar a baixa altitude a ilha de Tuvalu. Os pequenos Estados insulares, como as ilhas Fiji, Tuvalu e Vanuatu, testemunham diariamente a subida das águas, numa ameaça à sua sobrevivência. Nesta deslocação ao Pacífico, António Guterres insiste que “é necessária ação climática urgente para impedir que Tuvalu afunde, e que o mundo afunde com o país”, e afirma ter “uma enorme admiração pela forma como o país decidiu resistir e está implementando um programa de adaptação e resiliência que o mundo inteiro deve admirar e apoiar” (ONU News, 2019).

O Secretário-Geral das Nações Unidas tem vindo a reforçar o apelo para que sejam realizadas ações mais vigorosas para enfrentar a emergência climática, lembrando que os desafios ao desenvolvimento sustentável e ao progresso humano não respeitam fronteiras, e salientando que a crise climática é, talvez, o maior obstáculo à paz, estabilidade e prosperidade globais. Estes apelos têm sido dirigidos aos líderes mundiais e, também, à sociedade civil, e aos jovens em particular, para que se envolvam na ação climática:

Climate change is the defining issue of our time. (...) That is why, today, I am appealing for leadership – from politicians, from business and scientists, and from the public everywhere. (...) What makes all of this even more disturbing is that we were warned. Scientists have been telling us for decades. Over and over again. (...) But sadly, the ambition of our action is nowhere near where it needs to be. (United Nations Secretary-General, 2018, p. 1)

4. Uma janela de oportunidades para a CPLP

Após vivermos durante séculos sem nos preocuparmos com o esgotamento dos recursos naturais do planeta, temos que aprender, agora, a viver de forma mais sustentável. Nesse sentido, a *educação para o desenvolvimento sustentável* poderá ser *uma janela de oportunidades para a CPLP*.

A *Declaração Constitutiva da CPLP*, assinada a 17 de julho de 1996, enumera, entre os seus objetivos, o incentivo à “cooperação bilateral e multilateral para a proteção e preservação do meio ambiente nos Países Membros, com vistas à promoção do desenvolvimento sustentável” (CPLP, 1996, p. 2). Pouco tempo depois realizou-se a I Reunião Interministerial de Ambiente da CPLP, em 1997, foi assinada a *Declaração de Lisboa*, que deu início a um trabalho conjunto neste domínio. Desde então, têm ocorrido com regularidade Conferências de Ministros do Ambiente da CPLP, a última das quais em Brasília, em março de 2018. Na Declaração de Brasília, os Países Membros, decidem

Dar continuidade ao reforço dos laços de cooperação entre os Países de Língua Portuguesa como instrumento para melhorar a gestão, a proteção e a conservação do ambiente e alcançar o desenvolvimento sustentável” (...) “Envidar esforços para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (...), procurando integrá-los e adequá-los às realidades e políticas nacionais e locais e nas agendas nacionais em matéria de ambiente” e “Dar continuidade e aprofundar o intercâmbio (...) de informações sobre os seus respectivos planos de implementação da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com particular atenção para a dimensão ambiental do desenvolvimento sustentável. (CPLP, 2018, pp. 2-3)

Estes são temas na ordem do dia. Quer para cumprimento da Agenda 2030, quer para que todos possam prosseguir em direção a uma *economia circular*. Este conceito estratégico, que assenta nos princípios da redução, reutilização, recuperação e reciclagem de materiais e energia, pode tornar-se um elemento chave para. Contudo, precisamos equacionar um outro objetivo, emergente, embora controverso: o *decrescimento sustentável*. Como poderemos travar a exaustão de recursos do planeta? Uma das respostas assenta na *redução*. Esse conceito não é novo. Mas precisa de ser equacionado a uma escala mais ampla. Diversos autores defendem que se continua a viver num mundo de consumismo acentuado, com uso excessivo de materiais e dependência aos combustíveis fósseis. Por conseguinte, este modelo pode ser entendido como uma transição para uma economia menor, com menos produção e consumo, que aumenta o bem-estar humano e melhora o estado ecológico do planeta e a equidade no acesso aos seus recursos (Schneider, Kallis, & Martinez-Alier, 2010), na qual a acumulação material deixará de ocupar um lugar primordial no imaginário cultural da população.

Precisamos de procurar alcançar a equidade inter-regional, intra-geracional e inter-geracional, com vista a que o acesso aos recursos naturais indispensáveis à qualidade de vida de cada pessoa, em todas as regiões do Planeta, salvaguardando as características naturais e sociais das mesmas, e em cada uma das gerações, incluindo aquelas que ainda estão para vir. As ameaças que a humanidade enfrenta, exige que procuremos soluções locais, como sugeriu a Agenda 21 e baseadas na partilha de boas práticas e nas parcerias estratégicas, como salienta a Agenda 2030. Este é o maior desafio para a humanidade. Será, certamente, um percurso que a CPLP poderá trilhar em estreita cooperação, procurando gerar sinergias que resultem em benefícios para cada um dos seus países.

Referências

- Bélangier, J., & Pilling, D. (eds.). (2019). *The State of the World's Biodiversity for Food and Agriculture*. Rome: FAO - Commission on Genetic Resources for Food and Agriculture Assessments. Acedido em <http://www.fao.org/3/CA3129EN/CA3129EN.pdf>.
- Carson, R. (2002). *Silent spring* (40th anniversary ed.) Boston, MA: Houghton Mifflin.
- Comissão Europeia (2018). *Uma Estratégia Europeia para os Plásticos na Economia Circular*. Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões. COM (2018) 28 final.
- Comissão Europeia (2019, 11 de dezembro). Comunicado de imprensa: O Pacto Ecológico Europeu perspetiva o caminho a seguir para converter a Europa no primeiro continente neutro do ponto de vista climático no horizonte de 2050. Acedido em https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/pt/ip_19_6691.
- CPLP (1996). Declaração Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Acedida em <https://www.cplp.org/Files/Filer/Documentos%20Essenciais/DeclaraoConstitutivaCPLP.pdf>
- CPLP (2018). VII Reunião dos Ministros do Ambiente da CPLP – Brasília. Acedido em file:///C:/Users/cmartins/Desktop/CPLP_Declaracao_Brasilia_VII-RN-MIN-Ambiente.pdf
- DGAE (2018). Sinopse Indústria Têxtil e Vestuário. Acedido em <file:///C:/Users/cmartins/AppData/Local/Microsoft/Windows/INetCache/IE/AW07YKJ0/i010865.pdf>
- Díaz, S., Settele, J., Brondízio, E., Ngo, H., Guèze, M., Agard, J., Arneth, A., (...) & Zayas, C. (eds.) (2019). *Summary for policymakers of the global assessment report on biodiversity and ecosystem services of the Intergovernmental Science-Policy Platform on Biodiversity and Ecosystem Services*. Bonn: IPBES Secretariat. Doi: 10.5281/zenodo.3553579.
- Embrapa (2019a). Aumento da produção de algodão no Brasil traz novos desafios para a pesquisa. Acedido em <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/43931817/aumento-da-producao-de-algodao-no-brasil-traz-novos-desafios-para-a-pesquisa-aponta-documento-da-embrapa>.
- Embrapa (2019b). Embrapa Meio Ambiente. Algodão (Bt). Acedido em <https://www.cnpma.embrapa.br/projetos/index.php3?sec=bioss:::23>.
- Embrapa (2019c). Embrapa Soja. Acedido em <https://www.embrapa.br/soja>.
- FAO (2019). Biodiversity. Acedido em <http://www.fao.org/biodiversity/en/>.
- Globo (2019, 8 de junho). Segundo maior produtor de algodão do país, Bahia tem previsão de 15% de crescimento da safra. Acedido em <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2019/06/08/segundo-maior-produtor-de-algodao-do-pais-bahia-tem-previsao-de-15percent-de-crescimento-da-safra.ghtml>.
- Lear, L. (2015). The life and legacy of Rachel Carson. Acedido em <http://www.rachelcarson.org/Rights.aspx>.

- Lusa (2019, 15 março). Fast Fashion: Designers preocupados com problemas ambientais provocados pela indústria têxtil. Acedido em <https://24.sapo.pt/atualidade/artigos/fast-fashion-designers-preocupados-com-problemas-ambientais-provocados-pela-industria-textil>.
- Nieto, A., Roberts, S. P. M., Kemp, J., Rasmont, P., Kuhlmann, M., García Criado, M., Biesmeijer, J. C., (...) & Michez, D. (2014). *European Red List of bees*. Luxembourg: Publication Office of the European Union. Acedido em http://ec.europa.eu/environment/nature/conservation/species/redlist/downloads/European_bees.pdf.
- ONU (2015). Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Acedido em <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>.
- ONU (2019, 8 de maio). 5 meios de vencer a fome produzindo algodão. Acedido em <https://nacoesunidas.org/onu-5-meios-de-vencer-a-fome-produzindo-algodao/>.
- ONU News (2016, 27 julho). Unicef preocupada com emenda à lei sobre trabalho infantil na Índia. Acedido em <https://news.un.org/pt/story/2016/07/1558161-unicef-preocupado-com-emenda-lei-sobre-trabalho-infantil-na-india>.
- ONU News (2019, 17 maio). ONU quer “impedir que Tuvalu afunde”, e que o mundo afunde com a ilha. Acedido em <https://news.un.org/pt/story/2019/05/1672661>.
- Schneider, F., Kallis, G., & Martinez-Alier, J. (2010). Crisis or opportunity? Economic degrowth for social equity and ecological sustainability. *Journal of Cleaner Production*, 18(6), 511–518. Doi:10.1016/j.jclepro.2010.01.014.
- Soromenho-Marques, V. (2010). Que significa educar para o desenvolvimento sustentável? *Revista Noesis*, 80, 26–29.
- Sousa, M. R. (2017, 18 setembro). Presidente da República envia condolências à Família do Engenheiro Correia da Cunha. Acedido em Presidência da República Portuguesa <http://www.presidencia.pt/?idc=18&idi=135875>.
- United Nations Secretary-General (2018, February 16). Secretary-General's remarks on Climate Change. Acedido em <https://www.un.org/sg/en/content/sg/statement/2018-09-10/secretary-generals-remarks-climate-change-delivered>.
- World Commission on Environment and Development (WCED). (1987). *Our common future*. Oxford: Oxford University Press.